Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Documentação
Fonte JB
Data 11/9/98 Pg 20
Class. 340

Floresta da Tijuca atrai empresas

■ Ibama propõe novidades como escada rolante no Cristo Redentor, hotel de alto luxo nas Paineiras e exploração da Pedra da Gávea

RENATO FAGUNDES

BRASÍLIA – Escada rolante no Corcovado, hotel de luxo e centro de convenções nas Paineiras – estas são algumas das novidades planejadas para o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, que começa a ser terceirizado até o fim do ano, como antecipou o **JORNAL DO BRASIL**. O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins, anunciou ontem que os editais de concessão de serviços na área do Corcovado e das Paineiras estarão prontos em outubro e podem ser publicados a qualquer momento.

O parque foi dividido em três áreas: Corcovado e Paineiras, Pedra da Gávea e Floresta da Tijuca. O projeto de concessão do Corcovado já está praticamente pronto. Segundo Eduardo Martins, está previsto o fim do acesso de carros ao alto do morro. "A atual área de estacionamento vai ser transformada em área de serviço, com lojas e restaurantes". A subida só será possível em transporte coletivo, como a atual linha dos trenzinhos. Para o acesso ao Cristo Redentor, o concessionário terá de instalar escadas rolantes, paralelas à escadaria existente. Martins espera que, com o projeto pronto, seja possível retirar da área os atuais lojistas, que apresentam liminares para explorar o espaço, apesar de suas concessões já estarem vencidas.

Opções – Para as Paineiras, há três possibilidades de exploração do espaço. "Há projetos de instalação de um hotel de alto luxo, de um centro de convenções ou mesmo um centro de serviços ligados à beleza, como cirurgia plástica, que tem grande potencial no Rio", afirma Martins, destacando que os projetos privilegiam atividades que não causem danos ao meio ambiente e tenham viabilidade econômica. "Depois de definido o conceito de ocupação, vai ser feita uma avaliação econômica do projeto", afirma Martins.

Na área da Pedra da Gávea, o objetivo é valorizar o uso da Pedra Bonita pelos pilotos de asa-delta, que passariam a contar com infra-estrutura para a prática do esporte, e explorar mais os mirantes. Na Floresta da Tijuca, as trilhas de caminhadas serão o atrativo principal. "O concessionário vai sinalizar as trilhas e contratar guias. Também haverá restaurantes, e os que já existem na área precisam melhorar", afirma Martins. Além disso, o empresário que assumir a Floresta da Tijuca terá de se comprometer a replantar parte da vegetação, sistematicamente destruída pela poluição e pela intervenção humana.

Na hora de escolher o concessionário para cada uma das áreas, serão levados em conta a capacidade de gerir o projeto, o preço que a empresa está disposta a pagar pela concessão e o valor do ingresso que pretende cobrar dos usuários. "Nosso objetivo não é ter lucro. O dinheiro será todo reinvestido no parque. Caso haja sobras, tudo será investido em unidades de conservação dentro do Estado do Rio", garante Eduardo Martins.

Segundo o presidente do Ibama, o fato de o projeto do Corcovado já estar muito adiantado pode permitir que o edital da concorrência pela concessão já seja tornado público no mês que vem. Mas, provavelmente, as licitações só serão feitas quando os três projetos de ocupação do parque estiverem prontos. Eduardo Martins conta que vários empresários, brasileiros e estrangeiros, já procuraram o Ibama para manifestar interesse nas concessões, que, segundo ele, vão valer por um período entre 10 e 20 anos.

Vigilância – A terceirização de serviços, garante o presidente do Ibama, não vai provocar descuido na fiscalização e na preservação da Floresta da Tijuca. "A responsabilidade do Estado sobre a integridade da área continuará sendo exclusiva do Ibama, que também vai manter a fiscalização para evitar desvios de função nas concessões", afirma Eduardo Martins.

Além disso, até o fim do ano todas as unidades de conservação ambiental do Rio passarão a integrar uma organização social, entidade do governo com mais autonomia para negociar com empresas privadas e contratar funcionários. "A organização social terá mais flexibilidade para terceirizar serviços dentro das unidades", explicou Eduardo Martins, na manhã de ontem, após a solenidade de assinatura, no Ministério da Administração, do protocolo de intenções para transformar o Ibama numa agência executiva.

Mudanças em novembro

BRASÍLIA – Um protocolo assinado ontem deu a partida num amplo processo de reorganização da área ambiental do governo federal. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) passará a ser, no dia 30 de novembro, uma agência executiva, com atribuições mais restritas e objetivas. "Em vez das 200 atribuições atuais, muitas de responsabilidade dos governos estaduais e municipais, o Ibama vai ter 14", afirma o presidente do instituto, Eduardo Martins, que assinou o protocolo de intenções ao lado do ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e da ministra da Administração, Cláudia Costin.

Entre as atribuições que permanecerão com o Ibama, estão a fiscalização do meio ambiente, a habilitação, o licenciamento e a certificação para projetos que afetem a fauna e a flora. Exemplos de atribuições que vão sair da alçada do Ibama são autorizações de queimadas e desflorestamento. "Mas em alguns estados serão celebrados acordos de gestão compartilhada", explica Martins, que já anuncia um dos primeiros projetos do novo Ibama: a criação de um sistema de monitoração do mar territorial brasileiro tão complexo quanto o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Com financiamento de R$ 5 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), serão criadas seis coordenadorias de licenciamento, que darão prioridade às atividades mais comuns de cada região. No Rio, a coordenadoria estará voltada para a energia nuclear e a exploração de petróleo. Após virar agência executiva, o Ibama fará contratos de gestão com o Ministério do Meio Ambiente, que continuará responsável pela política ambiental brasileira. Estes contratos prevêem metas anuais, avaliadas constantemente. "Caso as metas não sejam atingidas, a diretoria é afastada imediatamente", afirma Cláudia Costin